



**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DOS DIRETORES DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL OU EQUIPARADOS  
DA  
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

**ATA**

**(Lisboa, 17 de setembro de 2015)**

Realizou-se na cidade de Lisboa, no dia 17 de setembro de 2015, uma Reunião Extraordinária dos Diretores de Política de Defesa Nacional (DPDN) ou Equiparados da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Estiveram presentes na Reunião o representante do Diretor Nacional de Relações Internacionais do Ministério da Defesa Nacional da República de Angola, Brigadeiro-General Adriano Sebastião Vizado, o Chefe de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil, General Gerson Menandro Garcia de Freitas, o Diretor Nacional de Defesa do Ministério da Defesa Nacional da República de Cabo Verde, Tenente-Coronel Paulo Jorge Brito Lopes, o Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional da República da Guiné-Bissau, Brigadeiro-General Malam Camará, o Representante do Ministério da Defesa Nacional da República da Guiné Equatorial, Brigadeiro-General Candido Ncogo Engono, o Diretor Nacional de Política de Defesa do Ministério da Defesa Nacional da República de Moçambique, Coronel Cristóvão Artur Chume, o Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa, Dr. Nuno Pinheiro Torres, o Diretor de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa e do Mar da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Coronel Alfredo Marçal Lima, e o Diretor Nacional de Planeamento Estratégico e Política Internacional do Ministério da Defesa da República Democrática de Timor-Leste, Dr. Martinho Gonçalves.

Participaram, como convidados, o representante do Secretário Executivo da CPLP, Dr. Miguel Levy, o Diretor do Centro de Análise Estratégica (CAE), Dr. Francisco Azevedo, e os



representantes do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD), Dr.<sup>a</sup> Maria Leticia Bairrada e Capitão-de-Fragata Jorge Moreira Silva.

O Diretor de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa e do Mar da República de São Tomé e Príncipe, Coronel Marçal Lima, na sua qualidade de Presidente deste fórum, abriu a reunião e deu as boas vindas às delegações presentes, tendo, em seguida, entregue a condução dos trabalhos ao Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) de Portugal, Dr. Nuno Pinheiro Torres.

O Dr. Nuno Pinheiro Torres saudou todos os presentes, destacando a presença da Guiné Equatorial, formulou votos de uma boa resolução para a crise política que atualmente afeta a Guiné-Bissau e lembrou os assuntos que motivaram a convocação da reunião, manifestando o desejo de que esta permitisse dar um novo impulso às iniciativas em curso no âmbito da Componente de Defesa da CPLP.

Submeteu, então, a apreciação a Agenda de Trabalhos, que foi aprovada por consenso.

#### Ponto 1. - Proposta de revisão do Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa

O Dr. Nuno Pinheiro Torres começou por relembrar o historial do processo que, até à data, orientou as ações tendentes à revisão do Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa (PCCDD).

Em seguida, foi apreciado o documento elaborado pelo Núcleo Permanente do SPAD baseado na proposta de alteração coordenada pelo Brasil e integrando contributos de vários Estados Membros, tendo o Dr. Nuno Pinheiro Torres felicitado os promotores deste trabalho de base. A nova redação procura resolver alguns pontos em aberto, como é o caso da integração dos Encontros/Fórum de Saúde Militar, da Conferência das Marinhas e dos exercícios "Felino".

A proposta apresentada foi analisada tendo em conta os comentários recebidos da parte do Brasil, tendo sido aprovadas algumas modificações que serão compiladas pelo SPAD num novo documento a circular pelos Estados Membros até ao final de setembro e que será posteriormente encaminhado para apreciação pelos restantes órgãos da Componente de Defesa.



Ainda neste ponto, Angola informou ter criado um grupo de peritos encarregues de ultimar os procedimentos de ratificação do Protocolo atualmente em vigor, que espera ver concluídos antes da próxima reunião do SPAD.

Também Cabo Verde informou que o Presidente da República assinou a carta de ratificação do Protocolo, faltando apenas o seu depósito junto do Secretariado Executivo da CPLP.

Em relação à revisão do Protocolo, o Dr. Nuno Pinheiro Torres informou que esta terá sempre de ser apreciada em dois planos: o político e o jurídico. No caso português, as alterações terão de ser validadas pelo Departamento de Assuntos Jurídicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Ponto 2. - Proposta de Declaração para resposta multilateral da CPLP a crises e desastres naturais

O Dr. Nuno Pinheiro Torres lembrou que na última reunião de DPDN/CPLP (S. Tomé, 25MAI2015) as delegações de Angola e do Brasil salientaram as recomendações decorrentes da 17ª reunião de CEMGFA, entre as quais a necessidade de a CPLP começar a efetivar uma atuação conjunta em cenários de resposta a calamidades, pelo que é importante identificar ou criar um mecanismo que habilite essa resposta multilateral.

Para o efeito, e nos termos do que está estipulado no Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa, foi analisada uma proposta de declaração ministerial que o núcleo permanente do SPAD preparou para servir de base a um documento que estabeleça os princípios gerais e os mecanismos de resposta a catástrofes.

Esta proposta foi aprovada com algumas modificações, nomeadamente a atribuição de mandato aos Diretores de Política de Defesa Nacional da CPLP (DPDN/CPLP) para coordenar o processo conducente à elaboração do referido documento, que será posteriormente encaminhado para apreciação pelos restantes órgãos da Componente de Defesa.

Neste ponto, o Brasil partilhou com os delegados presentes a sua experiência na inventariação de capacidades militares em defesa civil e ajuda humanitária, a qual poderá constituir uma referência para ações subsequentes.

Ponto 3. - Proposta de criação de um “Colégio de Defesa” da CPLP



Tendo, na última reunião de Ministros da Defesa da CPLP (S. Tomé, 26 de maio de 2015), sido recuperada pelo Ministro da Defesa Nacional de Portugal a ideia de criação de um “Colégio de Defesa” da CPLP, o Dr. Nuno Pinheiro Torres e o Coronel Cristóvão Chume submeteram à apreciação dos presentes uma proposta de Termos de Referência elaborada conjuntamente por Moçambique e Portugal, a qual foi analisada, tendo sido aprovadas algumas modificações que serão compiladas pelo SPAD num novo documento a circular pelos Estados Membros até ao final de setembro e que será posteriormente encaminhado para apreciação pelos restantes órgãos da Componente de Defesa.

Nesta ocasião, o Brasil apresentou propostas para introdução no texto-base e manifestou eventual disponibilidade para acolher uma edição de um curso já em 2017.

#### Ponto 4. - Diversos

#### Plano de Ação 2015-2016 Componente de Defesa da CPLP República Democrática de São Tomé e Príncipe

O Coronel Marçal Lima submeteu à apreciação das delegações presentes a proposta de plano de ação da presidência são-tomense das reuniões de MDN/DPDN, a qual, depois de pequenas retificações foi aprovada por unanimidade.

O Diretor do CAE, Dr. Francisco Azevedo, lembrou que a recente aprovação do novo Estatuto do CAE, já permite a entrada em vigor do novo Regulamento deste Centro, tendo solicitado que o SPAD dê seguimento a este assunto.

Angola informou já ter selecionado candidato para ocupar o cargo de Diretor do CAE, tendo, a este propósito, lembrado a necessidade de se atribuir formalmente um estatuto de funcionário internacional para o titular daquele cargo. Também informou que tenciona enviar para Maputo, em data a comunicar, o referido candidato, de modo a garantir um adequado período de sobreposição.

As delegações presentes manifestaram unanimemente o seu apreço e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelo Dr. Francisco Azevedo, que no início do próximo ano terminará o seu mandato.



Timor-Leste propôs as datas de 18 e 19 de maio, respetivamente, para a realização das reuniões de DPDN e MDN da CPLP de 2016, as quais antecedem as comemorações da Restauração da Independência do País (20 de maio).

O Brasil lembrou a conveniência de, no próximo ano, não serem agendados eventos extraordinários até meados de setembro, uma vez que o País estará empenhado na organização dos Jogos Olímpicos.

Cobertos, deste modo, todos os pontos da agenda, e depois de se congratular pelo bom andamento dos trabalhos e pelos resultados obtidos, o Dr. Nuno Pinheiro Torres passou a palavra ao Coronel Marçal Lima, que deu por finda a Reunião Extraordinária dos Diretores de Política de Defesa Nacional ou Equiparados da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, da qual se lavrou a presente ata.

Lisboa, 17 de setembro de 2015

O Representante do Diretor Nacional de Relações Internacionais do Ministério da Defesa Nacional da República de Angola

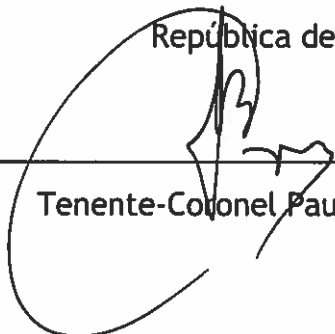
Brigadeiro-General Adriano Sebastião Vizado

O Chefe de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil

General de Exército Gerson Menandro Garcia de Freitas



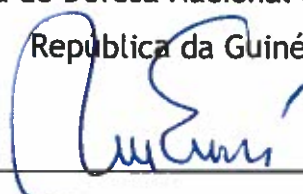
O Diretor Nacional de Defesa do Ministério da Defesa Nacional da  
República de Cabo Verde



---

Tenente-Coronel Paulo Jorge Brito Lopes

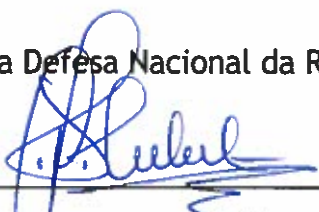
O Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional da  
República da Guiné-Bissau



---

Brigadeiro-General Malam Camará

O Representante do Ministério da Defesa Nacional da República da Guiné Equatorial



---

Brigadeiro-General Candido Ncogo Engono

O Diretor Nacional de Política de Defesa do Ministério da Defesa Nacional da República  
de Moçambique



---

Coronel Cristóvão Artur Chume

O Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional da  
República Portuguesa



---

Dr. Nuno Pinheiro Torres



O Diretor de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa e do Mar da República  
Democrática de São Tomé e Príncipe

---

Coronel Alfredo Marçal Lima

O Diretor Nacional de Planeamento Estratégico e Política Internacional do Ministério da  
Defesa da República Democrática de Timor-Leste

---

Dr. Martinho Maia Gonçalves